

# PS adia potestativamente votação dos diplomas para reforma da floresta

13 de Julho, 2017

A votação na especialidade das propostas legislativas para a reforma da floresta, agendada para hoje na comissão parlamentar de Agricultura, foi adiada para terça-feira a pedido do PS, anunciou o coordenador do grupo de trabalho da Reforma da Floresta. “Fomos confrontados com um pedido potestativo de adiamento para a próxima terça-feira”, afirmou à agência Lusa, o coordenador do grupo de trabalho da Reforma da Floresta, deputado do PSD Maurício Marques.

No âmbito da reforma da floresta, os partidos tiveram até terça-feira a oportunidade de apresentar propostas de alteração aos diplomas legislativos apresentados pelo Governo e pelo BE, uma vez que a votação na especialidade estava agendada para hoje. De acordo com o calendário “estabelecido pelo BE e pelo PS”, o trabalho de reforma da floresta tem de estar concluído até quarta-feira, data do final da sessão legislativa e data da votação final global dos diplomas, lembrou o deputado Maurício Marques.

“Este volte-face apenas é da responsabilidade do PS, presumo que por falta de entendimento dos parceiros da coligação”, declarou o coordenador do grupo de trabalho da Reforma da Floresta, frisando que “é a atual maioria que é responsável por este adiamento”.

Para o deputado do PSD, “aquilo a que chamam «uma reforma florestal» é uma grande trapalhada em toda a sua dimensão”. Maurício Marques lembrou que o PSD sempre disse que o calendário proposto pelo BE e pelo PS era “apertado”. “De todo o modo, não iria ser pelo PSD que a legislação não iria ser aprovada no dia 19 [de julho] e, por isso, trabalhamos afincadamente nas audições que tiveram lugar no grupo de trabalho da Reforma da Floresta”, reforçou o deputado social-democrata.

Na quarta-feira, o ministro da Agricultura, Luís Capoulas Santos, afirmou que o consenso é mais importante do que o calendário de aprovação política da reforma das florestas, mas que “cada dia que passa é um dia de atraso”. “Para mim, mais importante do que o calendário é o consenso a que se chegue. Se fossem precisos mais dias para chegar a um consenso, isso não me repugnaria”, afirmou o governante, à entrada da reunião extraordinária da Concertação Social, em Lisboa, para discutir o novo pacote legislativo sobre florestas.